



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 22 DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2018.

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Proc. N.º MB - 12/2018: “Ampliação da Zona Industrial de Penamacor” – Adjudicação da Empreitada de Obras Públicas e Aprovação de Minuta de Contrato; -----

2. Proc. N.º MA - 15/2018: “Reabilitação do Teatro Clube de Penamacor” – Análise a Pedido de Esclarecimentos e Listas de Erros e Omissões - Ratificação; -----

3. Proc. N.º MC - 08/2018: “Beneficiação da Barragem da Baságueda” – Aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Plano de Pagamentos; -----

4. Proc. N.º MB - 14/2018: “Beneficiação do Caminho Rural entre Bemposta e Águas” – Adjudicação da Empreitada de Obras Públicas e Aprovação de Minuta de Contrato; -----

5. Atribuição de Apoio Financeiro ao Centro Paroquial de Nossa Senhora da Quebrada; -----

6. Participação no IRS em 2019; -----

7. Proposta de Atualização de Taxas, Tarifas e outras Receitas a aplicar em 2019; -----

8. Reembolso de Manuais Escolares – 2018/2019; -----

9. Atribuição de Apoio aos Alunos do Ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo; -----

10. Atribuição de Bolsa de Estudo – Regulamento Municipal de Apoio à Educação; -----

11. Finanças Municipais. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____ / ____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Sandra Maria Pires Vicente e Anabela Castilho Campos comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariat. ---
O senhor vereador Domingos Manuel Bicho Torrão não compareceu à reunião por motivos pessoais, considerando-se a falta justificada. -----
O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 7 de novembro do ano de dois mil e dezoito, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----
Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Presidente António Soares deu conhecimento da vinda do Senhor Primeiro-ministro António Costa a Penamacor, acompanhado pelo ministro da Economia Pedro Siza Vieira, pelo ministro do Planeamento e das Infraestruturas Pedro Marques e pelo novo Secretário de Estado da Valorização do Interior João Paulo Catarino para reunirem com os autarcas das Comunidades Intermunicipais da Beira Baixa e das Beiras e Serra da Estrela, com a presidente da CCDRC professora Ana Abrunhosa no sentido de preparar a Cimeira Luso Espanhola em Valladolid. Salientou a importância da reunião no âmbito da cooperação transfronteiriça e do levantamento dos principais entraves à intensificação das relações económicas e sociais com Espanha. ----

Ref.^a _____
Data: ____ / ____ / ____



Livro: ____/____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – PROC. N.º MB – 12/2018: “AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE PENAMACOR” – ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS E APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o n.º 1 do artigo 73.º do Código dos Contratos Públicos atualizado, a decisão de contratar mediante a escolha de uma das propostas apresentadas, cabendo ainda ao mesmo órgão aprovar a minuta do contrato conforme o artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos atualizado. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente relatório preliminar, relatório final e a minuta de contrato; -----

PROPOMOS QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação. -----

2 – A adjudicação da empreitada de obras públicas: “Ampliação da Zona Industrial de Penamacor”, à sociedade António José Cruchinho & Filhos, Lda. pelo preço contratual de € 523 524,85 + IVA. -----

3 – A aprovação a minuta do contrato de empreitada, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos atualizado, com vista à sua notificação à sociedade adjudicatária nos termos do n.º 1 do artigo 100.º do mesmo diploma. -----

4 - Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

2 – PROC. N.º MA – 15/2018: “REABILITAÇÃO DO TEATRO CLUBE DE PENAMACOR” – ANÁLISE A PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E LISTAS DE ERROS E OMISSÕES - RATIFICAÇÃO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 9 de novembro de 2018, que concordou com a ata do Júri, respeitante ao pedido de esclarecimentos, listas de erros e omissões apresentados, conforme documentação em anexo”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

3 – PROC. N.º MC – 08/2018: “BENEFICIAÇÃO DA BARRAGEM DA BASÁGUEDA” – APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS, PLANO DE EQUIPAMENTO, PLANO DE MÃO DE OBRA E PLANO DE PAGAMENTOS. -

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em deliberação de Reunião de Câmara a aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Cronograma Financeiro, uma vez que a empreitada foi adjudicada por um valor contratual superior a € 149 639,37. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente informação, de 8 de novembro de 2018, Plano de Trabalhos, Plano de Mão de Obra, Plano de Equipamentos e Plano de Pagamentos. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – Aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Plano de Pagamentos, apresentado pela sociedade António José

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Cruchinho & Filhos, Lda. referente à empreitada “Beneficiação da Barragem da Baságueda”. -----

2 - Autorização para notificar o adjudicatário da aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Plano de Pagamentos. -----

3 - Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

4 – PROC. N.º MB – 14/2018: “BENEFICIAÇÃO DO CAMINHO RURAL ENTRE BEMPOSTA E ÁGUAS” – ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS E APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o n.º 1 do artigo 73.º do Código dos Contratos Públicos atualizado, a decisão de contratar mediante a escolha de uma das propostas apresentadas, cabendo ainda ao mesmo órgão aprovar a minuta do contrato conforme o artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos atualizado. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente relatório preliminar, relatório final e a minuta de contrato; -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação. -----

2 – A adjudicação da empreitada de obras públicas: “Beneficiação do Caminho Rural entre Bemposta e Águas”, à sociedade António José Cruchinho & Filhos, Lda. pelo preço contratual de € 203 881,25 + IVA. -----



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

3 – A aprovação a minuta do contrato de empreitada, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos atualizado, com vista à sua notificação à sociedade adjudicatária nos termos do n.º 1 do artigo 100.º do mesmo diploma. -----

4 - Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

5 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO CENTRO PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA QUEBRADA. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“O Centro Paroquial de Nossa Senhora da Quebrada, Instituição Particular de Solidariedade Social, para continuar a garantir a prestação de um apoio social de qualidade, necessita de adquirir uma viatura automóvel. Tendo em conta o importante papel desempenhado pela Instituição no apoio aos idosos, reveste-se do maior interesse a criação das melhores condições na prestação de apoio aos utentes do Centro de Dia e Apoio Domiciliário. -----

Ora, é atribuição dos municípios zelar pelos interesses das respetivas populações, quer seja de forma direta quer através da atribuição de apoios a outras entidades, designadamente em matéria de ação social, nos termos da alínea h) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Assim, proponho que, ao abrigo da competência prevista na alínea v) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado atribuir ao Centro Paroquial de Nossa Senhora da Quebrada um apoio financeiro no valor € 12.500,00 (doze mil e quinhentos euros), para comparticipação nos encargos com a aquisição de uma viatura. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento anexo e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____ / ____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março) ”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6 – PARTICIPAÇÃO NO IRS EM 2019. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Nos termos do artigo 26º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o município tem direito a uma participação anual variável, até ao limite de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior. -----

A participação no IRS depende de deliberação sobre a percentagem pretendida pelo município, a qual tem de ser comunicada à Autoridade Tributária até ao dia 31 de dezembro, sendo que a falta de comunicação equivale à falta de deliberação e acarreta a perda do direito, por parte do município, à participação variável no IRS. -----

Como tal, deve ser promovida a aprovação pelo executivo de proposta para deliberação no que respeita à taxa da participação municipal no IRS, por forma a dar cumprimento ao prazo legalmente previsto para comunicação à Autoridade Tributária. -----

Assim, proponho que, para efeitos de submissão à aprovação da Assembleia Municipal na sua próxima sessão, seja deliberado: -----

Propor à Assembleia Municipal que fixe em 4% a participação municipal no IRS (abdicando de 1%) para o próximo ano”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ref.ª _____
Data: ____ / ____ / ____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

7 - PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE TAXAS, TARIFAS E OUTRAS RECEITAS A APLICAR EM 2019. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“De acordo com o n.º 1 do Artigo 22º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Penamacor, os valores das taxas municipais são automaticamente atualizados todos os anos, de acordo com o Índice de Preços no Consumidor, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, relativo aos últimos 12 meses, à data da apresenta Orçamento Municipal; -----

Atendendo a que a variação média do Índice de Preços no Consumidor, dos últimos 12 meses à data da apresentação do Orçamento Municipal, fixou-se em 1,15%, propõe-se que seja deliberado: -----

1 - Aprovar aplicar a taxa de 1,15%, na atualização das Taxas, tarifas e outras receitas municipais, a partir de 1 de janeiro no ano de 2019. -----

2 – Aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que seja desde logo eficaz”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

8 - REEMBOLSO DE MANUAIS ESCOLARES – 2018/2019. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Nos últimos anos, o Município de Penamacor tem vindo a disponibilizar alguns apoios às famílias com alunos a frequentar os vários níveis de ensino no concelho, designadamente no que respeita à aquisição de manuais escolares. Face a uma conjuntura de crise económica que tem vindo a agravar-se de forma significativa e ao reconhecimento de que a aposta na educação dos mais jovens é determinante para o desenvolvimento do concelho, é intenção deste Executivo continuar a apoiar e subsidiar as famílias em matéria de educação. --



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Para o efeito, foi criado e aprovado o Regulamento Municipal de Apoio à Educação (Regulamento nº307/2015, 4 de junho), o qual contempla um conjunto de apoios para os alunos do concelho, em matéria de educação. -----

Nesse sentido e dando cumprimento ao exposto no referido Regulamento, os encarregados de educação e/ou alunos formalizaram as respetivas candidaturas aos apoios previstos junto do Gabinete de Ação Social e Educação do Município. -----

Após receção dos processos de candidatura dos requerentes, o Gabinete de Ação Social e Educação do Município procedeu à análise de todas as candidaturas apresentadas para os apoios no ano letivo 2018/2019, nomeadamente através da verificação do cumprimento do disposto nos artigos 34º e 35º do Regulamento acima referido e do cálculo exaustivo das despesas apresentadas com manuais escolares. -----

Posto isto, elaborou uma listagem da qual constam todas as informações sobre os requerentes, nomeadamente as informações necessárias à monitorização dos apoios solicitados, e posterior processo de reembolso dos manuais escolares adquiridos pelos próprios (nome aluno, nome encarregado de educação, número de identificação fiscal, morada, valor do SASE atribuído e valor do reembolso a efetuar pelo Município, entre outras). -----

A listagem que acompanha esta proposta reúne os dados dos alunos que formalizaram e completaram a candidatura aos apoios e especificamente ao reembolso dos manuais escolares, estando em condições elegíveis de receber o mesmo, previsto no Regulamento Municipal. -----

Considere-se este reembolso como um primeiro pagamento, pois poderá haver a possibilidade de existirem alunos que, por razões pontuais, entreguem no Gabinete de Ação Social e Educação até ao final do ano civil ou letivo, documentos comprovativos de despesas com manuais escolares e em condições de receber o apoio do reembolso, dando-se assim lugar a outros pagamentos por parte do Município. -----

Assim, propõe-se: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

1. Que se delibere sobre o reembolso dos manuais escolares do ano letivo 2018/2019, constantes da listagem que se anexa à presente proposta, dela fazendo parte integrante, num total de 18.542,02 euros. -----
 2. Que se delibere sobre a realização de outros momentos de reembolso dos manuais escolares pelo menos até ao final do ano civil de 2018, logo que estejam reunidas as condições necessárias para que as candidaturas dos alunos do concelho possam ser consideradas corretamente formalizadas. -----
 - 3 – Que seja aprovada em minuta a presente deliberação, nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. ---
- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

9 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO AOS ALUNOS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No âmbito das competências que assistem à Câmara Municipal no domínio da ação social escolar, tem sido atribuída às escolas uma verba anual destinada a participar nas despesas de aquisição de materiais didáticos e de expediente, de desgaste rápido. -----

O Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches veio de novo solicitar a atribuição do apoio para o ano letivo de 2018-2019, a apurar em função do número de alunos do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico que frequentam o Centro Escolar em Penamacor. No corrente ano letivo o número de alunos do pré-escolar no Centro Escolar de Penamacor é de 24 (vinte e quatro) e o número de alunos do 1º ciclo do ensino básico é de 87 (oitenta e sete). -----

Por razões de justiça e equidade, o mesmo apoio tem sido atribuído à Santa Casa da Misericórdia de Penamacor, para participação nas despesas com os alunos do pré-escolar, que no corrente ano letivo são 21 (vinte e um). -----

Assim, nos termos da competência prevista na alínea hh) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho: -----



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

1 – Que seja deliberado atribuir, a título de auxílios económicos a estudantes no ano letivo de 2018-2019, a verba de €15,00 anuais por cada aluno que frequenta o pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico. Em consequência da aprovação da presente proposta, será atribuída a verba de €1.665,00 (Mil seiscentos e sessenta e cinco euros) ao Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches para apoio aos alunos do Centro Escolar e a verba de €315,00 (Trezentos e quinze euros) aos alunos do Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Penamacor. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA. -----

2 – Que seja deliberado aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que seja desde logo eficaz”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

10 – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À EDUCAÇÃO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 7 de abril de 2015, foi aprovado o Regulamento Municipal de Apoio à Educação. Através deste Regulamento pretende-se, principalmente, conceder apoios socioeducativos desde o ensino pré-escolar ao ensino superior, destinadas a alunos residentes no concelho de Penamacor que ingressem ou frequentem todo e qualquer estabelecimento de ensino público reconhecido pelo Ministério da Educação. --

No que respeita à atribuição da bolsa de estudo no ensino superior, estas consiste numa prestação pecuniária para a comparticipação nos encargos normais inerentes à frequência do ensino superior pelos estudantes do concelho de Penamacor, num ano letivo, tendo como principais objetivos apoiar

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

as famílias que se encontrem posicionadas no 1º ou 2º escalão de abono de família, estimular a progressão de estudos de nível superior e dotar o concelho de quadros técnicos superiores de forma a contribuir para um maior e mais equilibrado desenvolvimento social, económico e cultural. -----

Em 22/10/2018 deu entrada no Gabinete de Ação Social e Educação a candidatura para Bolsa de Estudo do ano letivo 2018/2019 da requerente Catarina Cruchinho Pires Correia, residente na freguesia de Penamacor. Sobre a mesma candidatura foi emitido um PARECER TÉCNICO (Nº6/2018 de 22/10/2018), anexo à presente proposta, que concluiu que a requerente reúne as condições previstas no regulamento para atribuição do apoio. -----

Neste sentido, propõe-se que: -----

1. Seja deliberado admitir a candidatura; -----
2. Seja deliberado sobre a atribuição de Bolsa de Estudo para o Ensino Superior ao Requerente Catarina Cruchinho Pires Correia; -----
3. Seja aprovada a atribuição da Bolsa de Estudo, corresponde ao valor estipulado para o 2º escalão de abono de família (50,00€/mês), tal como prevê o nº 2 do art. 37º do regulamento, com efeitos retroativos desde o início do ano letivo (setembro 2018); -----
4. Seja aprovada em minuta a presente deliberação, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro, para que seja desde logo eficaz, dado que o ano letivo já iniciou”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

11 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 10.204.658,87 euros e uma despesa também acumulada de 6.044.132,99 euros e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____
Folha: _____

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não havia público presente na reunião. -----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e trinta minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada.

E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares